



BRASIL É PROTAGONISTA NA LUTA PELA TAXAÇÃO DOS SUPER-RICOS

Foto Divulgação



O BRASIL assume o protagonismo na luta contra concentração de riqueza através da taxaço das grandes fortunas. A intença é diminuir as desigualdades sociais e, conseqentemente, a fome e a pobreza.

O governo brasileiro defende imposto mínimo de 2% sobre a renda dos cerca de 3 mil bilionários do planeta. O índice tem capacidade para arrecadar anualmente até US\$ 250 bilhões. Recurso que pode e deve ser usado para dar comida às pessoas em condição de vulnerabilidade.

No mundo, 733 milhões de indivíduos passam fome e 2,8 bilhões não tem acesso a alimentação saudável, segundo estimativa da ONU (Organização das Nações Unidas).

No Brasil, estudo da USP (Universidade de São Paulo) revelou que a taxaço dos 0,2% mais ricos do país poderia arrecadar R\$ 41,9 bilhões por ano. Verba com potencial de financiar o desenvolvimento sustentável e reduzir a desigualdade social.

Para matar a fome do povo

Foto DIVULGAÇÃO



Uma em cada 10 pessoas no mundo não têm o que comer. Um dado extremamente preocupante e que merece atenção e ação. Segundo o relatório SOFI (Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo), 733 milhões de pessoas estavam no Mapa da Fome em 2023.

O Brasil novamente acelera os esforços para acabar com a pobreza e colocar comida na mesa do povo. No triênio 2021-2023, a população em insegurança alimentar moderada ou grave caiu de 32,8% para 18,4%. A expectativa do governo federal é tirar o país do Mapa da Fome até 2026.

Idealizada pelo Brasil, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada oficialmente, na Cúpula de Líderes do G20, no Rio de Janeiro, já tem adesão de quase 150 países. As nações participantes acreditam que a iniciativa não apenas vai reduzir os impactos imediatos da fome, mas atuar em frentes estruturais, como combater as desigualdades sociais e fortalecer a segurança alimentar global, incluindo a discussão sobre a crise climática, que impacta na produção de alimentos.

DESAFIOS DA CLASSE TRABALHADORA EM DEBATE

Foto DIVULGAÇÃO



É fundamental que a sociedade civil participe ativamente dos debates globais, sobretudo depois de anos de ataques e retrocessos aos trabalhadores. Nos governos Temer e Bolsonaro, a política ultraliberal acabou com direitos e conquistas, resultados da luta do movimento sindical, como a aprovação da reforma trabalhista e da Previdência, ampliação da terceirização e desvalorização do salário mínimo.

Pensando nisto, o presidente nacional da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Adilson Araújo, destacou a importância do momento histórico

atual para a classe trabalhadora e as forças democráticas em todo o mundo. Também criticou a ofensiva das classes dominantes contra os trabalhadores e o movimento sindical, mencionando a imposição da agenda de destruição e flexibilização de direitos trabalhistas, precarização do mercado de trabalho e redução da participação dos salários nos PIBs em quase todo o mundo.

Ao liderar as discussões a mesa "Os desafios da classe trabalhadora frente à reforma da governança global e as ameaças de guerra", na quinta-feira passada (14/11), na Cúpula do G20 Social no Rio de Janeiro, Araújo abordou a crise geral do capitalismo. Adilson apontou ainda a decadência dos EUA e das potências capitalistas que compõem o G7, contrastando com a ascensão da China e do BRICS, que agora soma um PIB superior ao do G7.

Fim da escala 6x1: trabalho decente e humanização do trabalho

Foto DIVULGAÇÃO



A proposta de uma emenda à Constituição que regulamente a jornada de trabalho de modo a reduzi-la a patamares decentes e humanizados tomou a sociedade brasileira. País com uma das jornadas de trabalho mais elevadas do mundo, a condição atual lega aos trabalhadores baixos salários, exaustão, adoecimento, distanciamento da família e impossibilidade de realizar outras tarefas e sonhos.

A redução da jornada de trabalho sem redução

de salários é bandeira histórica dos trabalhadores e associações profissionais de classe e se inscreve na atualidade como uma oportunidade de geração de novas vagas no mercado de trabalho, distribuição de renda, saúde e bem estar de indivíduos e famílias e avanço civilizatório em direitos.

Nas economias mais modernas e desenvolvidas, variações da proposta tem sido bem aceitas e alcançado os resultados previstos, sem nenhum impacto negativo na atividade laboral e produtiva. Aliás, combinada às inovações tecnológicas, o que se constatou foi o aumento da produtividade e dos ganhos. **Leia mais** <https://acesse.dev/ZWuCI>